



CONTRIBUIÇÕES DE KARL POLANYI E ALEXANDER CHAYANOV PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

CONTRIBUTIONS FROM KARL POLANYI AND ALEXANDER CHAYANOV TO THE SOLIDARITY ECONOMY

Fabíola Graciele Besen^{*}
Clério Plein^{**}
Dirceu Basso^{***}
Valdir Serafim Junior^{****}

RESUMO

O objetivo deste artigo centra no resgate das contribuições de Karl Polanyi e Alexander Chayanov para compreender e avançar nos debates atuais em torno da Economia Solidária. O método consiste numa pesquisa bibliográfica buscando sumarizar temas e definições caras aos respectivos autores e relacioná-las aos processos contemporâneos em torno do desenvolvimento (rural) centrado numa economia diferenciada das relações puramente capitalistas. Como principal resultado destaca-se a organização de cooperativas (Chayanov) como exemplos de contramovimentos (Polanyi).

Palavras-chave: Karl Polanyi, Alexander Chayanov, Contramovimentos, Cooperativas.

ABSTRACT

The aim of this article is to rescue the contributions of Karl Polanyi and Alexander Chayanov to understand and advance the current debates around the Solidarity Economy. The method consists of a bibliographical research seeking to summarize themes and definitions that are dear to the respective authors and to relate them to the contemporary processes of (rural) development centered on an economy differentiated from purely capitalist relations. The main result is the organization of cooperatives (Chayanov) as examples of countermovement (Polanyi).

Keywords: Karl Polanyi, Alexander Chayanov, Countermovement, Cooperatives.

* Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável – Professora Assistente do Curso de Ciências Contábeis, UNIOESTE – CAMPUS Foz do Iguaçu. E-mail: fabiologracielebesen@gmail.com

** Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor da UNIOESTE. E-mail: clerio.plein@gmail.com

*** Doutor em Desenvolvimento Rural e docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com atuação no Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Unila e Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), mestrado e doutorado, sob convênio 02-AC/2016 entre a UNILA e UNIOESTE. Membro dos Grupos de Pesquisa: Observatório das Agriculturas Familiares Latino-Americanas (Observatório AFLA); Desenvolvimento Regional e Integração Latino-Americana; Grupo Interdisciplinar e Interinstitucional de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Sustentável. E-mail: dirceu.basso@unila.edu.br

**** Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável – Professor Assistente do Curso de Ciências Contábeis, UNIOESTE – CAMPUS Foz do Iguaçu. E-mail: jr_valdir@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

Karl Polanyi em sua obra *A grande Transformação* (1944), chama a atenção para a existência de economias que não eram controladas por mercados antes da Revolução Industrial e do desenvolvimento da sociedade de mercado. Polanyi (2000, p. 69) escreveu que em tais sociedades: [...] é vedada a ideia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; o dar graciosamente é considerado como virtude; não aparece a suposta propensão à barganha, à permuta e à troca. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social (POLANYI, 2000, p.69).

Para Polanyi (2000), “a econômica do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais”, até porque “Ele não age desta forma para proteger o seu interesse individual na posse de bens materiais”, assim “age para salvaguardar sua situação social, sua exigência social, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos” (POLANYI, 2000, p. 65).

Mas, a industrialização transformou a sociedade antes primitiva numa sociedade de mercado, e com isso “a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANYI, 2000, p.60).

Para embasar sua teoria, Polanyi explica que todos os sistemas econômicos conhecidos foram organizados segundo três princípios: de reciprocidade, de redistribuição e troca mercantil, ou ainda uma combinação dos três. “Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual [...] fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia” (POLANYI, 2000, p. 75).

Os princípios eram institucionalizados a partir de uma organização social, o lucro não ocupava um papel central, mas sim motivações, como costumes, lei, magia e religião que induziam “o indivíduo a cumprir as regras de comportamento” que “eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 75 *apud* Kischener *et al*, 2015).

Quando o sistema de mercado, baseado, exclusivamente na forma de integração – troca mercantil – tornou-se a forma prevalente “[...] em vez de a economia estar enraizada nas relações sociais, as relações sociais passaram a estar enraizadas no sistema econômico (CANGIANI, 2012, p. 14). Houve uma separação do mercado das demais instituições sociais, tornando-o autônomo, e o mercado, que antes estava imerso na sociedade, que o regulava, passou a ser o regulador da sociedade.

O autor afirma que “A sociedade humana poderia ter sido aniquilada, de fato, não fosse a ocorrência de alguns *contramovimentos* protetores que cercearam a ação desse mecanismo autodestrutivo” (POLANYI, 2000, p. 98).

Segundo Abramovay (2004), Polanyi mostrou que esse sistema de mercado não contém o conjunto das atividades necessárias à reprodução social e à



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

sobrevivência humana. A economia mercantil é o modo de produção dominante, mas não representa a totalidade das economias na atualidade. Para Polanyi, diferentes formas de integração podem coexistir, mesmo, em uma sociedade capitalista.

São os chamados “*contramovimentos*”, e que podem acontecer a partir da capacidade dos atores em “(re)construir processos que promovam diversificação produtiva e tecnológica, economias de escopo, bem como mecanismos de troca e distribuição enraizados em relações sociais baseadas em princípios de reciprocidade e redistribuição” (Polanyi, 2000).

A Economia Solidária, pelo fato de priorizar valores como solidariedade, dependência recíproca, ajuda mútua e cooperação, se aproxima dos princípios abordados por Polanyi.

As cooperativas se apresentam, dentro da Economia Solidária, como importantes ferramentas na busca de ganhos sociais. Porém, nem todas estão dentro do perfil desta Economia. Para que isso ocorra há a necessidade que haja a gestão compartilhada por todos os sócios, ou seja, a autogestão. Havendo isto, aliado à solidariedade, pode-se afirmar que se trata de um empreendimento Econômico Solidário (EES) (SILVA et al, 2011, p.99).

Alexander Chayanov (1888-1930), economista, agrônomo, professor e estudioso dos assuntos ligados ao desenvolvimento agrícola, também pesquisou a respeito do cooperativismo na Rússia, França, Itália, Alemanha e Bélgica e escreveu a obra *A Teoria das Cooperativas Camponesas* (1927), e na sua opinião, as cooperativas “[...] poderiam ser a base sob a qual se estruturaria um modelo social e econômico eficaz na alocação individual dos resultados alcançados de forma coletiva” (SCHNEIDER, 2017, p.9).

Chayanov elaborou um “modelo teórico de explicação para entender como funcionam os empreendimentos camponeses cooperativos e como a cooperação poderia ser utilizada em diversos ramos e atividades, desde a produção, comercialização e consumo” (SCHNEIDER, 2017, p.9).

Nesse sentido, a Economia Solidária poderia ser considerada um *contramovimento*, pois em 1917, após a Revolução Russa, houve um crescimento das cooperativas e muitos acreditavam, que o “movimento cooperativo poderia oferecer a sociedade russa caminhos para superar os problemas sociais que acompanhavam uma modernização econômica fundada na industrialização” (DANILOV, 2017, p.11).

Para esse estudo, utilizar-se-á a ideia de desenvolvimento rural a partir de Schneider e Escher (2011, p.186), que afirmam que o “desenvolvimento rural é um “processo instituído” por meio de “contramovimentos” dos atores sociais no contexto das contradições características do capitalismo contemporâneo”, com a pretensão de demonstrar que a Economia Solidária é um processo de *contramovimento*.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

A partir das considerações acima, o presente artigo tem o objetivo de discutir os princípios presentes na obra de Karl Polanyi e Alexander Chayanov e suas contribuições para a Economia Solidária (em suas atuais versões), a partir da perspectiva de *contramovimento*.

O artigo está estruturado em duas seções, além dessa introdução. Na segunda seção, faz-se uma apresentação do quadro teórico de Karl Polanyi e de Alexander Chayanov. A terceira seção (considerações finais) traz uma discussão sobre as contribuições dos autores para a Economia Solidária e as referências bibliográficas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Esse tópico faz um resgate das teorias de Karl Polanyi e de Alexander Chayanov, dada a importância e atualidade de seus pensamentos na discussão sobre Economia Solidária.

2.1 O QUADRO TEÓRICO DE KARL POLANYI: A ECONOMIA COMO “PROCESSO INSTITUÍDO” E AS “FORMAS DE INTEGRAÇÃO”

Karl Polanyi (Áustria, 1886 – Canadá, 1964) foi um dos mais originais cientistas sociais do século XX. Sua obra *A grande transformação*, publicada em 1944, foi eleita pelo jornal Folha de São Paulo como um dos 100 mais importantes livros do século XX, e seus estudos são referenciados para a compreensão da economia plural e do processo de desenvolvimento em termos multidimensionais (KISCHENER et al, 2015; RODRIGUES e SANTOS, 2017).

Em sua obra, Polanyi faz uma análise minuciosa da formação da economia capitalista de mercado.¹ Busca identificar os processos através dos quais o mercado se separou das demais instituições sociais, se tornando uma esfera autônoma, autorregulável, que pretende dominar o resto da sociedade pela transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria.

Segundo Polanyi, nenhuma sociedade poderia existir, sem que houvesse uma economia de qualquer espécie. Mas, anterior a nossa época, nenhuma economia era controlada por mercados. E embora ela existisse desde a idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica (POLANYI, 2000).

Polanyi entende que “a econômica do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais”, pois “Ele não age desta forma para proteger o seu interesse individual na posse de bens materiais”, assim “age para salvaguardar sua situação

¹ Uma economia, de mercado significa um sistema auto-regulável de mercados, em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado. Um sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa (POLANYI, 2000, p.62).



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

social, sua exigência social, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos” (POLANYI, 2000, p. 65).

Em termos de sobrevivência, a explicação é simples. Tomemos o caso de uma sociedade tribal. O interesse econômico individual só raramente é predominante, pois a comunidade vela para que nenhum de seus membros esteja faminto, a não ser que ela própria seja avassalada por uma catástrofe, em cujo caso os interesses são ameaçados coletiva e não individualmente. Por outro lado, a manutenção dos laços sociais é crucial. Primeiro porque, infringindo o código estabelecido de honra ou generosidade, o indivíduo se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo porque, a longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar-e-receber (POLANYI, 2000, p.65-66).

Para embasar sua teoria, Polanyi explica que todos os sistemas econômicos conhecidos foram organizados segundo três princípios: de reciprocidade, de redistribuição e troca mercantil, ou ainda uma combinação dos três. “Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual [...] fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia” (POLANYI, 2000, p. 75).

Os princípios eram institucionalizados a partir de uma organização social, o lucro não ocupava um papel central, mas sim motivações, como costumes, lei, magia e religião que induziam “o indivíduo a cumprir as regras de comportamento” que “eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 75 *apud* KISCHENER *et al*, 2015).

Mas, então, como se garante a ordem na produção e na distribuição? É a pergunta que Polanyi faz, e segundo ele, “a resposta é fornecida, em sua maior parte, por dois princípios de comportamento não associados basicamente à economia: reciprocidade e redistribuição (POLANYI, 2000, p. 67).

Polanyi (2012, p.84), busca explicar as formas de integração, imaginando “diagramas que representam a movimentação de bens e pessoas na economia, quer essa movimentação consista em mudanças de localização, de apropriação ou de ambas”.

A reciprocidade consiste em um movimento de bens e serviços entre pontos correspondentes de um agrupamento simétrico. O princípio da reciprocidade observa a relação estabelecida entre várias pessoas por meio da troca de natureza social, visando criar ou reforçar laços sociais. Os recursos e a produção se dão por meio de relações de parentesco, amizade, cooperação. É promovida pelo padrão institucional da simetria e está ligada à semelhança entre grupos; corresponde à relação estabelecida a partir da proximidade e da interação entre os atores (POLANYI, 2012, SCHNEIDER e ESCHER, 2011; RODRIGUES e SANTOS, 2017).

A redistribuição representa um “movimento para um centro e, depois para fora dele, quer os objetos sejam fisicamente deslocados, quer se altere apenas a



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

maneira de dispor deles” (POLANYI, 2012, p.84). Há uma organização central, tanto em termos políticos, quanto econômicos onde a produção do grupo é armazenada para ser repartida de forma igual a todos (SCHNEIDER e ESCHER, 2011).

Estas “formas de integração” institucionalizam-se por meio da socialização de práticas baseadas em dispositivos de ação coletiva e em sistemas de regras, como parte reguladora do ordenamento da vida social, econômica e política das pessoas, com seus valores e lógicas de operação específicas (SCHNEIDER e ESCHER, 2011, p.193).

A troca mercantil é um movimento bidirecional de bens entre pessoas orientadas para o ganho que cada uma delas obtém dos termos resultantes. De maneira simplificada, é a troca de serviços ou mercadorias para obter o máximo de proveito, tendo como práticas a pechincha e o regateio, um padrão comportamental exigido pelo mecanismo de mercado (POLANYI, 2012).

Segundo Polanyi (2012) o que interessa nessa forma de integração é a utilidade das relações econômicas, diferente da reciprocidade e da centralidade, esse sistema privilegia o lucro como elemento determinante.

Assim, o padrão de mercado, relacionando-se a um motivo peculiar próprio, o motivo da barganha ou da permuta, é capaz de criar uma instituição específica, a saber, o mercado e ao se dar uma importância vital a atividade econômica, a economia ao invés de estar embutida nas relações sociais, torna as relações sociais embutidas no sistema econômico (POLANYI, 2000, 2012).

Segundo Abramovay (2004), Polanyi mostrou que esse sistema de mercado não contém o conjunto das atividades necessárias à reprodução social e à sobrevivência humana. “Os ‘motivos econômicos’ reinavam supremos, num mundo próprio, e o indivíduo foi levado a neles calcar os seus atos, sob a pena de ser esmagado pelo mercado avassalador” (POLANYI, 2012, p. 213).

“Como o desenvolvimento do sistema fabril se organizara como parte de um processo de compra e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro também tiveram que se transformar em mercadorias para manter a produção em andamento” (POLANYI, 2000, p. 97), e a ficção de serem produzidos tornou-se princípio organizador da sociedade, e a sociedade humana tornou-se um acessório do sistema econômico (POLANYI, 2000, p. 97)”.
Para Polanyi, a questão essencial não é tanto a exploração econômica, mas principalmente a desincrustação do meio cultural do homem. Apesar do processo econômico poder constituir um veículo de degradação que força a cedência da parte mais fraca, o golpe mortal é infligido quando são atingidas as instituições nas quais a vida do homem se encontra incrustada (Polanyi, 1944, p. 334 *apud* PEREIRA, 2016).

A libertação do dogma de que o homem funcionava como um ser egoísta que apenas visava a obtenção do lucro, numa sociedade de mercado, foi possível graças a Polanyi ao introduzir na equação outros padrões de



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

integração para além do mercado. Tal facto, permitiu a evolução de uma economia “pobre” e ineficiente na obtenção de respostas às questões sociais atuais, para “outras economias” mais próximas do ser humano e da natureza, com um desenvolvimento de base territorial e cultural. Atualmente, podemos falar de várias versões da Economia Solidária, todas elas com bases científicas sólidas e que refletem os contributos teóricos de Polanyi (PEREIRA, 2016).

Deste modo, identificar as relações atuais baseadas nos princípios redistribuição e reciprocidade pode contribuir para a reconstrução de um pensamento para além de uma economia de mercado, pois Polanyi Em ‘A Nossa Obsoleta Mentalidade Mercantil’, já indicava a necessidade de:

“(...) restauração daquela unidade de motivos que devem informar o homem na sua atividade quotidiana de produtor, para a reabsorção do sistema econômico na sociedade, para a adaptação criadora das nossas maneiras de viver em um ambiente industrial. [...] Hoje enfrentamos a tarefa fundamental de restituição à pessoa humana de sua integridade, ainda que isto signifique uma sociedade tecnologicamente menos eficiente” (POLANYI, 1977c, p.16 *apud* AMBROSINI e FILIPPI, 2008).

E isso, se dá pelo que Polanyi (2000) denomina de “duplo movimento”, que é a alternância do controle da economia pelo social e o controle do mercado sobre a sociedade e os *contramovimentos* defensivos que refrearam a ação do mecanismo autodestrutivo (economia de mercado), evitando assim, a aniquilação dos seres humanos.

2.2 ALEXANDER CHAYANOV E OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Alexander Chayanov (1888-1930), economista, agrônomo, professor e estudioso dos assuntos ligados ao desenvolvimento agrícola, escreveu em 1927, “A Teoria das cooperativas camponesas”, que servirá de aporte teórico para o desenvolvimento do estudo.

Chayanov acreditava que o cooperativismo e a integração vertical das unidades camponesas eram a melhor solução frente ao impasse entre a coletivização estatal e o modelo capitalista mercantil [...] desenvolveu um modelo teórico de explicação para entender como funcionam os empreendimentos camponeses cooperativos e como a cooperação poderia ser utilizada em diversos ramos e atividades, desde a produção, comercialização até o consumo [...] E destacou de forma enfática, que o sucesso das cooperativas deveria ser medido pelo crescimento da renda de seus membros e não pelos lucros da própria cooperativa (CHAYANOV, 1991 *apud* HERTZEN, 2017, p.9)

No espaço agrário russo, o campesinato compunha a maioria da população rural, ignorada pelo programa agrário dos marxistas. Após a Revolução Russa de 1917, os bolcheviques, imbuídos das formulações de Marx e



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

representados por Lênin, propuseram a imediata expropriação das grandes propriedades e a nacionalização das terras, inclusive as dos camponeses. Numa posição totalmente oposta, a Liga pela Reforma Agrária, representada por Chayanov, sugeriu a transferência de toda a terra às unidades camponesas. (HEYNIG, 1982, p.128).

Como membro do comitê Central da Liga, ele ajudou na elaboração de um documento que tinha o objetivo de “definir os parâmetros que deveriam orientar as discussões sobre o problema agrário, e segundo o documento, três questões eram emergentes: (1) a transferência das terras para as cooperativas de unidades camponesas autônomas, que deveriam formar a base do sistema agrário da Rússia, (2) essa transferência deveria acontecer com base em um plano de estado para a organização da Terra, implementado de forma planejada, sem prejuízos à economia nacional, (3) e essa organização da terra é apenas uma parte da solução para o problema agrário, que envolve todas as questões relacionadas às condições gerais da produção agrícola, organização das unidades camponesas autônomas e organização dos vínculos entre essas unidade e a economia mundial (CHAYANOV, 1991 *apud* DANILOV, 2017).

Essa reforma tinha um propósito maior, que era assegurar o “desenvolvimento de forças produtivas” e a criação de “novas relações de produção”, de forma a atender dois critérios básicos: “(1) a máxima produtividade do trabalho investido pelas pessoas na terra; e (2) a democratização da distribuição da renda nacional” ((CHAYANOV, 1991 *apud* DANILOV, 2017, p.29).

Conforme Chayanov, o desafio consistia em harmonizar os dois princípios, e apenas a cooperação seria capaz de alcançar isso, e assim, o sistema agrário a ser implantado deveria se basear em cooperativas ((CHAYANOV, 1991 *apud* DANILOV, 2017, p. 29). Dessa forma, a defesa de um futuro cooperativo, passou a representar a proteção da unidade camponesa de pequena escala sob condições de competição de mercado, e também nos méritos sociais da cooperação, se comparada aqueles da economia capitalista de larga escala. Chayanov acreditava que as unidades rurais de pequena escala ao se unirem as cooperativas, tinham a possibilidade de alcançar uma escala e um potencial maior do que das maiores propriedades rurais privadas (CHAYANOV, 1991 *apud* DANILOV, 2017).

Segundo Chayanov, a unidade agrícola camponesa é condicionada pela relação entre a mão-de-obra disponível (familiar) e os alimentos necessários para reprodução desse grupo familiar. Para a comercialização somente se destinava o excedente gerado. Dessa forma, a orientação não era o mercado, mas a subsistência do produtor e de sua família (ABRAMOVAY, 2012).

“Diferentemente de um trabalhador assalariado, o camponês é um sujeito criando sua própria existência” (CHAYANOV, 1986 *apud* ABRAMOVAY, 2012, p. 69).

A unidade camponesa, mesmo quando integrada em organizações cooperativas, continua sendo uma entidade de pequena escala, no sentido



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

de que a trama cooperativa – independentemente de quantas ramificações possa desenvolver e de quão estável ou complexa possa tornar-se – estará ainda baseada na unidade camponesa individual, dirigida por um pequeno agricultor independente que administra a unidade por sua própria conta e risco. Além de não representar qualquer ameaça à independência da unidade camponesa, a cooperação torna essa última mais segura por melhorar seus resultados e seus padrões técnicos [...] (TUGAN-BARANOVSKII, 1921 *apud* DANILOV, 2017, p.21).

Para Chayanov, o ponto essencial era identificar que uma das formas de penetração do capitalismo na agricultura, se dava pela integração vertical de um número grande de estabelecimentos fragmentados que passam a ser controlados pela agroindústria, um comando centralizado. E de fato, a agroindústria e o capital financeiro estavam transformando a agricultura familiar parte integrante da divisão social do trabalho em nível internacional, modificando seus traços essenciais. Os agricultores, a partir da integração com a agroindústria passam a obedecer a padrões (quantidade produzida, qualidade, venda), deixando de ser “o sujeito criador de sua própria existência” (ABRAMOVAY, 2012, p.79).

Chayanov (2017) percebeu que não, obrigatoriamente, deveriam ser os capitais privados os agentes organizadores desse planejamento do trabalho agrícola, e para que houvesse a socialização crescente do trabalho camponês, a modalidade de cooperativa seria a solução.

Algumas vezes, esta concentração vertical, segundo a situação econômica geral, assume forma cooperativa ou mista e não capitalista. Neste caso, o controle dos empreendimentos necessários ao sistema de comércio, ao transporte, à irrigação, ao crédito e ao processamento que concentram e guiam a produção agrícola parcial ou totalmente, este controle pertence não aos proprietários de capital, mas aos pequenos produtores mercantis organizados que contribuíram com seu próprio capital a estes empreendimentos ou foram capazes de criar capital social (CHAYANOV, 1986 *apud* ABRAMOVAY, 2012, p.79)

No cooperativismo, como uma forma particular do processo de concentração vertical da agricultura, é o próprio camponês quem cede setores de sua economia. Inicia-se com a parceria entre pequenos produtores para a aquisição dos meios agrícolas de produção, e após algum tempo, as cooperativas se voltam para a comercialização dos produtos agrícolas, desenvolvidas na forma de alianças com os pequenos agricultores. Com a extensão do sistema cooperativo à comercialização e processamento técnico, com a assistência do Estado e à concessão de crédito estatal, “as cooperativas agrícolas trazem consigo a concentração e a organização da produção agrícola, segundo padrões novos e mais elevados (CHAYANOV, 2017, p. 49). Permitiria, segundo Chayanov, que os pequenos produtores passariam a adaptar o plano organizativo de sua unidade agrícola de acordo com a política da



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

cooperativa, além de melhorar sua tecnologia e adoção de melhores práticas de cultivo da terra e produção animal, assegurando padrões uniformes para os produtos (CHAYANOV, 2017).

Com o cooperativismo, a absorção de todas as inovações técnicas seria mais fácil, o que permitiria a sobrevivência das pequenas unidades camponesas, além de permitir que o desenvolvimento da industrialização manter-se-ia sob o controle dos agricultores (WANDERLEY, 1998).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro aspecto que se pode identificar nas teorias apresentadas, é o fato de que não se pode pensar em desenvolvimento na agricultura, em particular na agricultura familiar, a partir da lógica da economia de mercado.

Polanyi aponta para a necessidade de reestruturação social de instituições, já que as relações sociais, após a Revolução Industrial, passaram a ser subordinadas à lógica de mercado. O homem se transformou em um ser puramente econômico e a economia humana tornou-se uma economia de mercado (POLANYI, 2000).

Em vários momentos, Polanyi afirma que as sociedades primitivas, foram capazes de criar um sistema de organização social que conseguia atender às necessidades básicas do povo. Em nenhuma sociedade anterior à sociedade de mercado, um indivíduo viu sua própria subsistência ameaçada, a menos que a comunidade como um todo, também estivesse em situação semelhante. Os laços de solidariedade permeavam as relações sociais (RODRIGUES e SANTOS, 2017).

Assim, ele acredita que há necessidade dos atores sociais em “(re)construir processos que promovam diversificação produtiva e tecnológica, economias de escopo, bem como mecanismos de troca e distribuição enraizados em relações sociais baseadas em princípios de reciprocidade e redistribuição” (Polanyi, 2000 *apud* SCHNEIDER e ESCHER, 2011, p.210). Dessa forma, os atores sociais (agricultores) voltam a ter autonomia sobre o processo de produção e trabalho. Chayanov, também afirma que o camponês deve manter sua individualidade e autonomia. Para Chayanov (2017, p.56):

[...] as cooperativas camponesas representam uma variante altamente aperfeiçoada de economia camponesa, possibilitando ao pequeno produtor, separar de seu plano organizativo aqueles itens cuja produção em larga escala apresenta vantagens indubitáveis em relação a pequena escala - e a fazê-lo sem sacrificar sua individualidade. O camponês consegue organizar a produção desses itens em conjunto com seus vizinhos, de modo a alcançar um modo de produção de grande escala, ainda que, possivelmente, utilizando mão de obra contratada.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Além de ser o sujeito criador de sua própria existência, outro aspecto que o trecho acima aponta, se refere a “organização da produção dos itens em conjunto com seus vizinhos”, remetendo ao conceito de reciprocidade e redistribuição, de que trata Polanyi. O cooperativismo de Chayanov e as formas de integração “reciprocidade” e “redistribuição” de Polanyi, possuem o mesmo princípio: cooperação. Ao se inserirem em processos que tem como princípio a cooperação, os agricultores passam a desenvolver e a desenvolver uma sociedade mais organizada, mais justa e um maior bem-estar a todos, baseados em princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática.

Quanto a contemporaneidade de Polanyi e Chayanov, diante da lógica de mercado vigente e da necessidade de um desenvolvimento social e ambiental, para proporcionar condições dignas de vida as pessoas, ações baseadas em solidariedade, igualdade, reciprocidade, confiança, ajuda mútua, foram surgindo ao longo do tempo, vindo posteriormente a se chamar Economia Solidária. Há uma diversidade conceitual grande entre os autores que estudam a Economia Solidária, e discuti-los não é o objetivo desse estudo. Mas, dentro de uma perspectiva holística e geral pode-se associar a Economia Solidária, segundo SILVA *et al* (2011, p. 100):

(...) a ações que envolvam cooperações, que busquem solidariedade, igualdade, interações, respeito ao próximo, autonomia, poder de voto, participação, desalienação, incentivo ao aprendizado, dentre outras características que se apresentam como alternativas ao sistema de mercado vigente. Tais valores podem ser desenvolvidos em cooperativas, associações ou em outra forma de reunião que busque não a separação entre pessoas, mas, sim, a união, a busca por uma vida digna, justa e igualitária.

Segundo Schneider e Escher (2011), as mudanças no meio rural causados pela reestruturação capitalista e de ações e políticas do Estado e das grandes corporações, não são acatadas de forma passiva pelos agricultores. “A interação dialética entre os agricultores e os modelos de agricultura e de estrutura econômica hegemônicos produz padrões diferenciados e heterogêneos de reprodução social e de dinâmicas territoriais” (SCHNEIDER e ESCHER, 2011, p.209). Por essa razão, a economia solidária, no contexto atual, pode ser classificada como um *contramovimento*, proposto por Polanyi.

De acordo com as experiências, valores, interesses dos atores envolvidos nesse processo de mudança, eles buscam meios de resistir às tendências tecnológicas e institucionais hegemônicas, intervindo e alterando diretamente os processos de trabalho e produção e, assim, os próprios espaços de produção e vida. Por essa razão, o espaço rural é tão heterogêneo. Os agricultores buscam práticas diversas e heterogêneas, visando defender e criar autonomia e melhores condições de vida como respostas locais para problemas globais (SCHNEIDER e ESCHER, 2011).



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Outro aspecto importante que pode ser considerado através da análise de Polanyi e Chayanov, se refere as relações entre os agricultores e a economia de mercado. Para Polanyi, as diferentes “formas de integração” podem coexistir, mesmo em uma sociedade de mercado, em uma economia capitalista. Para Chayanov, “o sistema econômico camponês existe e pode desenvolver-se no interior de organizações sociais, as mais diferentes. Daí resulta sua universalidade e a possibilidade de sua caracterização como sistema econômico” (ABRAMOVAY, 2012, p.86).

Os dois autores abordam que há outras possibilidades de modelos econômicos, diferentes do modelo vigente atualmente, a economia de mercado. “O direito à não-conformidade deverá ser o selo que autentica uma sociedade livre” (Polanyi, 1944, p. 468). No quadro 01, encontram-se as contribuições de Karl Polanyi e Alexander Chayanov, apresentadas no decorrer do texto:

Quadro 01 – Contribuições de Karl Polanyi e Alexander Chayanov

Karl Polanyi	<ul style="list-style-type: none">• Teoria da economia plural• Princípio da reciprocidade• Introdução ao conceito de Economia Solidária
Alexander Chayanov	<ul style="list-style-type: none">• Teoria da unidade econômica camponesa;• Teoria das cooperativas camponesas• Aumento de unidades familiares => Manutenção da unidade econômica camponesa ou a formação de cooperativas coletivas;
Atualidade de Karl Polanyi	<ul style="list-style-type: none">• Contramovimentos
Atualidade de Alexander Chayanov	<ul style="list-style-type: none">• Cooperativismo

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao revisitar estes dois autores que escrevem suas obras na primeira metade do século XX, percebe-se sua atualidade para compreender os processos de desenvolvimento ou, mais especificamente, de desenvolvimento rural centrado na agricultura familiar. Suas reflexões são atemporais. Os autores conseguem, ao mesmo tempo, captar as profundas modificações na “autonomia relativa” dos agricultores à medida que as relações capitalistas entram na agricultura, bem como, apontam para a ação social destes mesmos agricultores na construção de alternativas frente aos novos desafios. Se, por um lado, as relações capitalistas criam um ambiente extremamente hostil para os agricultores, por outro lado, estes reagem ao processo, construindo alternativas na busca por um certo grau de autonomia. Em outras palavras, a organização de cooperativas trata-se de um *contramovimento* da agricultura familiar na busca por sobrevivência centrado em outras formas de relações econômicas mais justas e coerentes para produtores e consumidores, um dos princípios da Economia Solidária.



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. – São Paulo: Edusp, 2012.

AMBROSINI, L. B.; FILIPPI, E.E. (2008). Da era do desenvolvimento ao desenvolvimento rural: sistemas produtivos localizados sob a perspectiva de Karl Polany. **Revista Redes**, 13 (3), 121-139.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas** /Alexander Chayanov; revisão e tradução de Regina Vargas – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

HEINIG, Klaus. Principales enfoques sobre la economía campesina. **Revista de La CEPAL**, Chile, n. 16, p. 115-142, abr. 1982.

KISCHENER, M.A. PERONDI, M.A. MONTEIRO, M.A. BATISTELA, E.M. BORGES, R.T. KISCHENER, R. A contribuição de Polanyi na compreensão do processo de mercantilização da sociedade rural. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v.17, n.31 p. 206-217, jan-jun.2015.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

_____. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

_____. **A Grande Transformação - As Origens Políticas e Econômicas do Nosso Tempo**. Edições 70, 1944.

PEREIRA, A.C.F.D.; **Polanyi e a economia social e solidária: contributos para respostas aos problemas sociais atuais**. Dissertação (Mestrado em Economia Social e Solidária). ISCTE – IUL, Instituto Universitário de Lisboa, 2016, 93 p.

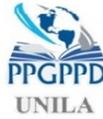
RODRIGUES, W. SANTOS, N.S. Karl Polanyi e o desenvolvimento econômico: um novo olhar sobre o regional/local? **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE** Salvador, BA - Ano XIX – V. 1 - N. 36. – P. 168 – 190, 2017.

SCHNEIDER, S. ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n.27, mai/ago.2011, p.180-219.

SILVA, F. A. G., CALAZANS, D.L.M e S; GONZALEZ, J.M.R; SOUZA, W.J. Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária: o caso do povoado de Cruz (Currais Novos/RN). **RECADM**, Campo Largo, v. 10, n. 2, jul./dez., 2011, p. 93-106.



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



página 269

Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

STIGLITZ, J. Prefácio.: In Polanyi, K. (Ed.). **A grande transformação**: as origens políticas e económicas do nosso tempo. Lisboa: Edições 70. p. 9-37.

WANDERLEY M. N. B. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. In: FERREIRA, A. D. D. F. e BRANDENBURG, A. (Org.). *Para pensar*: outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 29-49.

Recebido em 30/11/2018
Aprovado em 17/01/2019